



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Intervenção de Sua Excelência a Ministra da Justiça

Rita Alarcão Júdice

na assinatura

**do Protocolo no âmbito dos Fundos Nacionais e Europeus,
entre o Ministério da Justiça e o Ministério do Ambiente e Energia**

Lisboa, 24 de abril de 2025

Sejam bem-vindos ao Ministério da Justiça, onde foi vos recebemos com muita honra para a assinatura de um Memorando de Entendimento entre os nossos Ministérios – Justiça e Ambiente.

Passaram escassos dois meses desde que a Senhora Ministra do Ambiente aqui esteve, para uma reunião comigo e com a Senhora Secretária de Estado da Justiça, e onde acordámos que os nossos Ministérios teriam de fazer alguma coisa mais em matéria de energia e sustentabilidade no vasto edificado da Justiça.

O Ministério da Justiça tem mais de 300 tribunais, 49 prisões, nove Centros Educativos. Mas no total são cerca de 1200 edifícios.

Estes números pedem que se olhe para a fatura energética, para a fatura ambiental, para a sustentabilidade dos edifícios e também para as metas que temos que cumprir em matéria de transição energética.

Foi a pensar nisto que as nossa equipas trabalharam num documento – o Memorando de Entendimento – que não é mais que um acordo entre os dois Ministérios, para tornar o património da Justiça mais sustentável, mais amigo do ambiente e, se possível, mais amigo da poupança.

A Senhora Ministra do Ambiente e Energia tornou-se desde logo nossa aliada neste objetivo. Prometeu ajudar-nos a identificar as oportunidades de financiamento para medidas de eficiência energética e de transição climática nos edifícios do Ministério da Justiça.

As equipas – em especial a Agência para o Clima – vão ter um papel determinante para nos ajudar a encontrar as melhores soluções para que as prisões, os tribunais, os centros educativos e tantos outros edifícios da Justiça, como as conservatórias de registo possam ajustar-se aos tempos modernos em matéria de energia e sustentabilidade.



Por seu lado, o Ministério da Justiça está disponível para fazer o que for preciso para contribuir com a sua parte para a renovação energética dos edifícios da Administração Pública.

Sabemos já que o Fundo Ambiental e o programa “Sustentável 2030” são duas das portas abertas para esse caminho.

Para atingirmos estes objetivos precisamos da ajuda de quem nos saiba guiar – por isso estão previstas também ações de formação e de informação sobre o que podemos e devemos fazer.

Curiosamente, nas entidades no âmbito do Ministério da Justiça, só a Polícia Judiciária costuma apresentar candidaturas ao Fundo Ambiental. Não há razão para que outros organismos não sigam esse exemplo. Há metas para cumprir, há substituição de equipamentos que temos que fazer, há investimentos a realizar para respeitar a Diretiva da Eficiência Energética.

O Ministério da Justiça compromete-se a apresentar os resultados deste esforço, numa base anual, pelo menos nos primeiros três anos em que vai vigorar este Protocolo.

Bem sei que estamos em final de legislatura e que outro governo se seguirá. Mas faz todo o sentido aproveitar esta primeira oportunidade que foi a de pôr os dois Ministérios em diálogo sobre este tema – e esse diálogo, e o trabalho que daí resultar, não se vai perder.

Muito obrigada a todos pelo Vosso trabalho.

**Só faz fé a versão efetivamente dita.*